



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Departamento de Prática Jurídica

Ficha 2 (variável)

Disciplina: Prática Jurídica em Direito Previdenciário		Código: DIR415					
Natureza: (X) Obrigatória () Optativa		() Semestral (X) Anual () Modular					
Pré-requisito:		Co-requisito:		Modalidade: (X) Totalmente Presencial () Totalmente EAD () Parcialmente EAD: *CH			
CH Total: 150 CH Semanal: 5 Prática como Componente Curricular (PCC): Atividade Curricular de Extensão (ACE): 70	Padrão (PD): 125	Laboratório (LB):	Campo (CP):	Estágio (ES):	Orientada (OR):25	Prática Específica (PE):	Estágio de Formação Pedagógica (EFP):
EMENTA							
Seguridade social. Previdência Social. Assistência Social. Direito à Aposentadoria. Pensão por morte. Benefícios da Previdência Social. Prestações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais. Assistência social e seguro-desemprego. Previdência complementar. Regimes próprios de previdência. Processo administrativo previdenciário. Contencioso previdenciário.							
I - OS FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA PROTEÇÃO SOCIAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
1. Proteção jurídica contra os riscos sociais: previdência social e assistência social 2. A evolução do sistema de seguridade social brasileiro 3. A seguridade social na Constituição brasileira de 1988 4. A crise e as reformas nos sistemas previdenciários							
II - O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS							
5. Beneficiários: segurados e dependentes. 6. Normas gerais sobre prestações previdenciárias. 7. Acidente de trabalho: doença profissional e doença do trabalho. Auxílio-acidente, 8. Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez 9. Aposentadorias: aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria especial 10. Pensão por morte, salário-maternidade, salário-família, auxílio-reclusão e abono anual 11. Tempo de serviço/tempo de contribuição. Justificação. Cumulação de benefícios. Prescrição e decadência. 12. Financiamento da seguridade social.							
III – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR							
13. Previdência privada complementar aberta, fechada e instituída							
IV - A PROTEÇÃO SOCIAL FORA DO RGPS							
14. . Assistência social: Benefício de prestação continuada (LOAS). Serviços. 15. Seguro-desemprego.							
OBJETIVO GERAL							

Compreender os fundamentos, as peculiaridades e aspectos relevantes da prática em Direito Previdenciário, desenvolvendo conhecimentos teóricos e práticos de situações envolvendo o âmbito dos direitos individuais e coletivos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Desenvolver a prática jurídica, com ênfase no Direito Previdenciário. Desenvolver conhecimentos e habilidades na metodologia da Clínica Jurídica. Compreender criticamente os problemas de acesso à Justiça. Desenvolver habilidades do processo administrativo e judicial em âmbito nacional em tribunais brasileiros e organismos internacionais.

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

A disciplina será desenvolvida mediante aulas expositivo-dialogadas quando serão apresentados os conteúdos curriculares teóricos e indicados exercícios domiciliares. Será utilizada a plataforma *Microsoft Teams* para postagem de atividades e disponibilidade de material bibliográfico. A carga horária de extensão vinculada às atividades exclusivamente práticas na área previdenciária. Haverá horas de atividades complementares em eventos de pesquisa.

FORMAS DE AVALIAÇÃO

A avaliação, que será apresentada aos alunos no primeiro dia de aula, será feita pela entrega de artigo, peça processuais e relatórios de participação em atividades de pesquisa e extensão nas áreas pertinentes ao Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Direitos Humanos. O artigo deve ser produzido em pesquisa empírica de intervenção social ou prática extensionista, segundo as normas da ABNT. As notas serão atribuídas sobre dois relatórios documentados a serem entregues pelos acadêmicos, no final de primeiro semestre e outro, geral, no final do segundo semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (mínimo 03 títulos)

BALTAZAR JR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado. **Comentários a Lei de benefícios (Básica) da Previdência Social**: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2020.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 25. ed., Rio de Janeiro: Impetus, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (mínimo 05 títulos)

ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. Madrid: Editorial Trotta, 2002.

BALERA, Wagner. **Processo administrativo previdenciário**. São Paulo: LTr, 1999.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2009.

FERREIRA, Lauro Cesar Mazetto. **Seguridade social e direitos humanos**. São Paulo: LTr, 2007.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do trabalho: doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico**. 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LEITÃO, André Studart; MEIRINHO, Augusto Grieco Sant'Anna. **Manual de Direito Previdenciário**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.



Documento assinado eletronicamente por **SIDNEI MACHADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 03/05/2022, às 11:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBERTO BENGHI DEL CLARO, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PRATICAS JURIDICAS - JD**, em 03/05/2022, às 18:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **4472209** e o código CRC **5C61923C**.